

**bem viver, território e educação climática:
saberes originários como caminho de justiça socioambiental na amazônia**

**buen vivir, territory and climate education:
indigenous knowledges as pathways to socio-environmental justice in the amazon**

Mayara Alves Barbosa

Indígena amazônica e educadora ambiental e climática
Presidente do *Fórum Juventudes Amazônicas*
Manaus, AM

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6775-8429>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20168202>

Resumo: Este trabalho aborda o *Bem Viver* e os *Direitos da Natureza* a partir da experiência prática nos territórios amazônicos, onde a relação entre povos originários, juventudes e natureza não é apenas conceitual, mas prática e vivida cotidianamente, como forma de existência, resistência e cuidado. A partir de ações em educação ambiental e climática em escolas, mutirões comunitários, mobilização juvenil e incidência socioambiental, o texto evidencia como os saberes ancestrais sustentam formas de vida fundamentadas na coletividade, no respeito aos ciclos naturais e na defesa dos territórios frente às ameaças ambientais e às injustiças climáticas. A reflexão discute como o *Bem Viver* se manifesta nas práticas educativas e comunitárias, fortalecendo identidades, memórias e a autonomia territorial, e apresenta a natureza como sujeito de direitos, não apenas como recurso. Ao conectar experiência vivida, educação e justiça socioambiental, o trabalho contribui para a valorização do protagonismo dos povos originários e das juventudes amazônicas como agentes fundamentais na construção de alternativas frente à crise climática global.

Palavras-chave: (1) Bem viver; (2) Direitos da natureza; (3) Povos originários; (4) Educação climática; (5) Amazônia.

Abstract: This paper addresses *Buen Vivir* and the *Rights of Nature* through practical experience in Amazonian territories, where the relationship between Indigenous peoples, youth, and nature is not only conceptual, but practical and lived daily as a form of existence, resistance, and care. Drawing on actions in environmental and climate education in schools, community initiatives, youth mobilization, and socio-environmental advocacy, the text demonstrates how ancestral knowledges sustain ways of life grounded in collectivity, respect for natural cycles, and the defense of territories in the face of environmental threats and climate injustices. The article discusses how *Buen Vivir* is expressed in educational and community practices, strengthening identities, memories, and territorial autonomy, and presents nature as a subject of rights rather than merely a resource. By connecting lived experience, education, and socio-environmental justice, the paper contributes to the recognition of the protagonism of Indigenous peoples and Amazonian

youth as fundamental agents in the construction of alternatives to the global climate crisis.

Keywords: (1) *Buen Vivir*; (2) Rights of nature; (3) Indigenous peoples; (4) Climate education; (5) Amazon.

Introdução

A crise climática global evidencia os limites do modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza e na separação entre sociedade e meio ambiente. Na Amazônia, esses impactos se manifestam de forma profunda sobre os territórios, os modos de vida e os corpos dos povos que historicamente mantêm relações de cuidado com a floresta. Nesse sentido, o *Bem Viver* pode ser compreendido também como uma crítica às formas contemporâneas de produção e consumo que sustentam a crise climática global. Ao propor relações baseadas na reciprocidade, na suficiência e no cuidado com os territórios, essa perspectiva desloca o foco do crescimento econômico ilimitado para a manutenção das condições de vida no planeta.

Na Amazônia, onde os impactos ambientais se manifestam de forma direta sobre rios, florestas e comunidades, o *Bem Viver* apresenta-se não apenas como princípio filosófico, mas como prática concreta de gestão territorial e de resistência sociopolítica. O conceito de *Bem Viver*, presente em diferentes cosmovisões indígenas, propõe uma forma de existência fundamentada na coletividade, na reciprocidade e no equilíbrio com a natureza. Esse modo de vida dialoga diretamente com a noção de Direitos da Natureza, que reconhece rios, florestas e territórios como sujeitos de direitos, rompendo com a lógica que reduz a natureza a um recurso econômico. O *Bem Viver* não é apenas um conceito teórico, mas uma prática vivida por povos originários há séculos. Ele propõe uma relação não hierárquica entre seres humanos e natureza, na qual o bem-estar individual está diretamente ligado ao bem-estar coletivo e ao equilíbrio dos territórios. Diferentemente da ideia de progresso baseada no acúmulo e na exploração, o *Bem Viver* valoriza a suficiência, o cuidado e a continuidade da vida.

Os Direitos da Natureza surgem como resposta jurídica e ética à crise ambiental, reconhecendo que a natureza possui valor intrínseco. Essa perspectiva dialoga profundamente com as cosmovisões indígenas, que compreendem rios, florestas e animais como seres vivos dotados de espírito e significado, e não como objetos. Na Amazônia, essas visões se materializam nas práticas cotidianas das comunidades, onde a região amazônica é entendida como espaço de memória, espiritualidade, sobrevivência e identidade.

Para os povos originários, o território não se limita a um espaço geográfico: ele é lugar de pertencimento, ancestralidade e continuidade cultural. A perda ou violação dos territórios representa também a ruptura de vínculos espirituais, sociais e ecológicos. Conflitos territoriais, pressões econômicas e políticas de exploração ameaçam esses espaços, mas também fortalecem processos de resistência coletiva. A defesa do território é, portanto, a defesa da vida.

A Educação Climática desenvolvida em escolas, mutirões comunitários e ações de mobilização juvenil demonstra como o *Bem Viver* pode ser traduzido em prática pedagógica. Ao integrar saberes ancestrais, vivências territoriais e conhecimentos científicos, essas ações promovem uma compreensão da crise climática que vai além dos dados técnicos, alcançando dimensões culturais, espirituais e sociais.

As juventudes amazônidas têm assumido papel central nesses processos, atuando como pontes entre gerações, territórios e espaços institucionais. Essa atuação reforça identidades, fortalece o senso de pertencimento e estimula a defesa dos territórios como responsabilidade coletiva.

Os povos originários não são apenas afetados pela crise climática, mas protagonistas na construção de alternativas. Suas práticas de manejo, organização comunitária e visão de mundo oferecem caminhos concretos para modelos mais justos e sustentáveis. As juventudes ampliam essa luta ao ocupar espaços de debate, Educação e mobilização, demonstrando que a defesa da Amazônia é também a defesa do futuro.

O *Bem Viver* e os Direitos da Natureza não são utopias distantes, mas realidades vividas em muitos territórios amazônicos. Reconhecer essas práticas como conhecimento legítimo é um passo fundamental para enfrentar a crise climática de forma justa. Desde a infância, aprendemos a viver em conexão com a natureza. Os conhecimentos transmitidos por avós, pais e demais anciãos ensinam como cuidar da floresta, da água e da vida. Aprendemos que entrar na mata exige respeito, que é necessário dialogar com os espíritos da floresta, compreender o que pode ser retirado para alimentação e o que deve permanecer intocado. Essa relação expressa uma conexão espiritual e cultural profunda, na qual cuidar da natureza significa cuidar da própria existência.

Essa vivência revela que o *Bem Viver* representa uma cultura de vida em harmonia com o bioma amazônico, em contraposição ao modelo de desenvolvimento predatório. Os conhecimentos tradicionais constituem uma verdadeira ciência indígena, resultado de uma cultura milenar de manejo sustentável, incluindo técnicas de agroecologia e práticas de uso do fogo que contribuem para a proteção da biodiversidade. Os povos indígenas exercem papel fundamental na proteção da Amazônia, atuando como guardiões da floresta frente ao desmatamento, ao garimpo ilegal e à expansão do agronegócio e da pecuária extensiva. O território não é apenas um recurso econômico, mas um espaço de vivência cultural e de reprodução de modos de vida que resistem à destruição ambiental.

A justiça climática reconhece que as populações tradicionais, embora historicamente menos responsáveis pelas emissões de carbono, são as mais impactadas pelas mudanças climáticas. Por isso, torna-se fundamental a construção de políticas públicas de reparação, adaptação e fortalecimento da gestão territorial indígena.

O reconhecimento da liderança das mulheres indígenas é igualmente essencial. Seus conhecimentos no manejo da floresta, na transmissão cultural e na organização comunitária são fundamentais para a conservação ambiental e para a promoção da equidade. A Educação Climática na Amazônia precisa estar baseada na escuta ativa e na valorização dos saberes originários, fortalecendo a gestão territorial como forma de inteligência climática e justiça histórica. Os saberes ancestrais e científicos não são opostos; ao contrário, podem caminhar lado a lado.

O acesso à tecnologia e às técnicas modernas, quando dialoga com os conhecimentos tradicionais, torna-se uma ferramenta poderosa para enfrentar a crise climática. Garantir que as discussões sobre políticas climáticas considerem as realidades, os direitos e os conhecimentos dos povos indígenas é condição essencial para a conservação da floresta amazônica e para o enfrentamento da crise climática global.

Este artigo tem como objetivo discutir como o conceito de *Bem Viver*, articulado aos *Direitos da Natureza* e às práticas de Educação Socioambiental, pode ser compreendido como horizonte político e pedagógico para a Amazônia urbana. A partir da realidade de Manaus, busca-se problematizar os limites do modelo desenvolvimentista vigente e refletir sobre práticas territoriais de resistência que afirmam pertencimento, memória e justiça socioambiental como fundamentos de um outro projeto de futuro para a região.

Referencial teórico:

***bem viver*, território e epistemologias indígenas**

O conceito de *Bem Viver* tem sido amplamente debatido na América Latina como alternativa ao modelo de desenvolvimento centrado na exploração intensiva da natureza. Para Alberto Acosta (2016), o *Bem Viver* representa uma ruptura com a lógica produtivista e propõe uma reorganização da sociedade baseada na coletividade, na reciprocidade e no equilíbrio ecológico. Esta não se trata de uma proposta econômica, mas de uma perspectiva civilizatória que reconhece a interdependência entre seres humanos e natureza.

Tal concepção dialoga diretamente com a noção de *Direitos da Natureza* (GUDYNAS 2019), que reconhece rios, florestas e ecossistemas como sujeitos de direitos, rompendo com a tradição jurídica antropocêntrica. Ao atribuir valor intrínseco à natureza, essa abordagem aproxima-se das cosmovisões indígenas amazônicas, nas quais o território é compreendido como espaço de vida, espiritualidade e ancestralidade.

No campo da Educação, Daniel Munduruku (2012) destaca que os saberes indígenas não podem ser reduzidos a folclore ou tradição, mas precisam ser reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento. Para o autor, a Educação deve contribuir para o

fortalecimento da identidade, da memória e do pertencimento, especialmente entre crianças e jovens indígenas, configurando-se como instrumento de resistência cultural e política.

De maneira complementar, Célia Xakriabá (2018) compreende a Educação como território de disputa, no qual os saberes ancestrais devem dialogar em condição de igualdade com o conhecimento acadêmico. Essa perspectiva reforça a importância de metodologias que valorizem a escuta, a oralidade e a experiência vivida nos territórios. Além disso, lideranças indígenas como Vanda Witoto (2022) têm enfatizado a compreensão do território como extensão do corpo e da espiritualidade. Nessa visão, não há separação entre natureza e humanidade; cuidar da floresta significa também cuidar da própria existência.

Ao articular essas contribuições teóricas com experiências educativas desenvolvidas em contextos amazônicos, este artigo busca demonstrar que o *Bem Viver* (ACOSTA 2016) e os *Direitos da Natureza* (GUDYNAS 2019) não constituem apenas conceitos abstratos, mas fundamentos práticos para a construção de caminhos de justiça socioambiental.

Metodologia e caminhos da pesquisa

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem reflexiva, fundamentada na experiência territorial da autora no campo da Educação Ambiental e Climática na Amazônia. A análise desenvolvida parte da articulação entre vivência prática, observação participante e diálogo com referenciais teóricos que abordam o *Bem Viver*, os *Direitos da Natureza* e as epistemologias indígenas.

A pesquisa insere-se no campo das metodologias participativas, uma vez que as experiências relatadas foram construídas em interação direta com crianças, adolescentes e comunidades amazônicas, priorizando a escuta ativa, a expressão simbólica e a valorização dos saberes locais. A observação participante constituiu um instrumento central na sistematização das experiências descritas, permitindo a análise dos processos educativos a partir do envolvimento direto nas atividades realizadas.

Essa abordagem metodológica permite compreender os processos educativos não apenas como práticas pedagógicas isoladas, mas como experiências inseridas em contextos socioculturais específicos. Ao considerar as interações entre educadores, estudantes e territórios, a observação participante possibilita identificar dimensões simbólicas, afetivas e políticas presentes nas práticas de Educação Climática. Dessa forma, a pesquisa busca valorizar a experiência vivida como elemento legítimo na construção de letramento socioambiental.

Adota-se, ainda, uma perspectiva decolonial, reconhecendo que os conhecimentos produzidos nos territórios não se restringem ao espaço acadêmico formal, mas emergem das práticas culturais, da oralidade, da ancestralidade e das formas próprias de organização dos povos originários. Nesse sentido, o artigo parte do entendimento de que a produção de conhecimento também pode ocorrer a partir da experiência situada, sem desconsiderar o diálogo com a literatura especializada.

As experiências apresentadas foram sistematizadas a partir de registros reflexivos, memórias pedagógicas e retornos institucionais recebidos após as atividades realizadas, respeitando princípios éticos, como a preservação da identidade das crianças e das instituições envolvidas.

Educação Climática na prática: experiências com infâncias amazônicas

Uma das experiências desenvolvidas no âmbito da Educação Climática consistiu na atividade intitulada “Desenhando o meu território”, realizada com crianças e adolescentes em contexto urbano amazônico. A metodologia parte da escuta sensível e da expressão artística como ferramentas pedagógicas. A atividade foi conduzida em roda, com as crianças sentadas ao redor de um pano de algodão ilustrado com a imagem de uma árvore, símbolo do território e da vida. Cada participante recebe uma folha em branco e diferentes materiais de desenho como lápis de cor, giz de cera e tinta sendo convidado a representar o seu território: como ele é hoje e como imagina que será no futuro.

Ao contrário da ideia recorrente de que crianças não observam ou não compreendem as questões ambientais, os desenhos revelam uma percepção profunda da realidade socioambiental. Em diversas ocasiões, surgiram representações de *igarapés* poluídos, árvores derrubadas, queimadas, animais em sofrimento e ausência de áreas verdes nos bairros onde vivem. Muitas crianças também representaram o calor excessivo como um elemento marcante do futuro, associando-o à morte de animais e à escassez de recursos naturais. Em outros desenhos, alimentos industrializados aparecem como símbolos de adoecimento, em contraste com o desejo por hortas e por uma alimentação mais natural. O lixo surge como elemento recorrente, invadindo casas, contaminando rios e ocupando espaços antes destinados ao convívio e à brincadeira.

Essa produção simbólica evidencia uma forma de consciência ambiental que, embora não seja verbalizada em termos técnicos como “racismo ambiental”, expressa de maneira concreta as desigualdades socioambientais vividas por essas crianças. Seus desenhos revelam o desejo por praças arborizadas, ar puro, rios limpos e espaços seguros para brincar,

elementos que configuram uma visão de futuro alinhada aos princípios do *Bem Viver*.

A atividade demonstra que a Educação Climática, quando fundamentada na escuta ativa e na valorização das experiências territoriais, permite que crianças e adolescentes expressem suas leituras críticas do mundo. Ao desenhar seus territórios, elas não apenas representam a realidade vivida, mas também projetam alternativas, reafirmando o Direito à Cidade, à natureza e à dignidade ambiental.

Educação Climática na primeira infância: experiência em contexto de creche

Outra experiência significativa ocorreu no âmbito do voluntariado socioambiental, quando foi realizada uma atividade de Educação Ambiental em uma creche no contexto urbano amazônico, envolvendo crianças entre aproximadamente um e quatro anos de idade. A proposta partiu do desafio de traduzir conceitos ambientais complexos para uma linguagem sensorial e acessível à primeira infância.

A metodologia adotada foi baseada em atividades táteis, visuais e auditivas. Para abordar a separação de resíduos, foram confeccionados coletores didáticos utilizando rolos de papel pintados com cores correspondentes aos tipos de materiais (vidro, metal, plástico e orgânico). Pequenos objetos foram apresentados às crianças para que, de maneira lúdica, pudessem experimentar a escolha e a associação entre material e destino adequado. Além disso, foram desenvolvidas atividades de contagem e percepção ambiental utilizando galhos recolhidos do próprio território escolar, integrando noções iniciais de matemática com elementos da natureza. A proposta buscava demonstrar que a Educação Ambiental pode dialogar com diferentes áreas do conhecimento desde os primeiros anos de vida.

Um dos momentos mais significativos foi a construção coletiva de pequenas hortas utilizando garrafas PET reutilizadas. As crianças participaram do processo de manuseio da terra, do plantio de sementes e da rega inicial, vivenciando o ciclo da vida de forma concreta. Foram utilizadas sementes de hortaliças como tomate, pimentão e ervas, possibilitando que a experiência sensorial se transformasse em prática contínua.

Meses após a atividade, a direção da instituição relatou que a iniciativa contribuiu para o fortalecimento da horta escolar, gerando alimentos que passaram a integrar o cotidiano das crianças. Esse retorno demonstra como práticas simples, quando fundamentadas na experiência sensível e no vínculo com o território, podem produzir impactos duradouros.

A proposta também inclui atividades artísticas com pintura de animais da fauna amazônica, contação de histórias sobre o bioma e uso de músicas

com sons da floresta e da água, criando uma ambiência que favorece a conexão emocional com o território. A dimensão sensorial tocar a terra, ouvir os sons da natureza e observar imagens da fauna e da flora revelou-se essencial para a construção de uma consciência ambiental desde a primeira infância. Essa experiência evidencia que a Educação Climática não deve ser restrita a conteúdos informativos, mas pode ser construída como vivência, pertencimento e cuidado. Ao permitir que crianças toquem a terra, plantam sementes e compreendam o ciclo dos alimentos, estabelece-se uma base concreta para a formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade e com o *Bem Viver*.

Discussão

A Amazônia para além do olhar de satélite, colonialidade e invisibilização

A construção do imaginário nacional e internacional sobre a Amazônia tem sido marcada por uma perspectiva externa que privilegia a paisagem natural em detrimento de sua complexidade social e urbana. Frequentemente, a região é observada por aquilo que pode ser denominado “olhar de satélite”: uma visão distante que enxerga a floresta, os rios e a biodiversidade, mas não reconhece os sujeitos que vivem, produzem cultura e constroem cotidianamente seus territórios. Essa perspectiva reduz a Amazônia à condição de cenário ambiental estratégico para o planeta, invisibilizando suas periferias urbanas e suas populações quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, seringueiras e indígenas em contexto urbano. Ao desconsiderar essa pluralidade, reforça-se um imaginário colonial que associa a região exclusivamente à floresta intocada ou à ideia homogênea de “aldeia”, ignorando que a Amazônia é também cidade, universidade, movimento social, juventude organizada e produção intelectual.

A crítica a essa visão dialoga com reflexões de lideranças indígenas contemporâneas, como Vanda Witoto, (2022), que apontam para a necessidade de superar leituras superficiais sobre a região. A Amazônia não pode ser compreendida apenas como bioma; trata-se de um território vivido, corpo coletivo e espaço de múltiplas existências.

Quando discursos provenientes de outras regiões do país assumem a posição de falar sobre a Amazônia sem reconhecer as vozes locais, evidencia-se a permanência de uma lógica centralizadora que reproduz desigualdades históricas. Essa dinâmica revela traços de colonialidade do saber, na qual determinados centros urbanos se colocam como autorizados a interpretar e representar realidades que não vivenciam.

Reconhecer a Amazônia para além do olhar de satélite significa admitir sua dimensão urbana, seus conflitos socioambientais e suas desigualdades estruturais, bem como o protagonismo de seus povos. A

defesa da floresta não pode prescindir da defesa das pessoas que nela e com ela vivem. Nesse contexto, a justiça climática implica também justiça territorial e reconhecimento da pluralidade amazônica.

Justiça climática e desigualdade socioambiental na Amazônia urbana: o caso de Manaus

O debate sobre justiça climática na Amazônia não pode restringir-se à dimensão florestal. É necessário considerar a realidade urbana das grandes cidades amazônicas, marcadas por profundas desigualdades socioambientais. Capitais como Belém e Manaus figuram entre as cidades brasileiras com elevado percentual de população vivendo em áreas periféricas e assentamentos informais, revelando um processo histórico de urbanização caracterizado pela ocupação desordenada e pela ausência de planejamento estrutural.

No caso de Manaus, o crescimento urbano ocorreu de forma acelerada, especialmente a partir do ciclo da borracha e, posteriormente, com a implementação da Zona Franca de Manaus. Entretanto, o desenvolvimento econômico não se traduziu em distribuição equitativa de infraestrutura urbana. O centro histórico preserva marcas do período áureo da borracha, simbolizadas por equipamentos culturais como o Teatro Amazonas, enquanto vastas áreas periféricas permanecem carentes de saneamento básico, drenagem adequada, mobilidade urbana e acesso regular a serviços essenciais.

A expansão territorial da cidade ocorreu, em grande medida, por ocupações em áreas ambientalmente frágeis, especialmente às margens de *igarapés*. Essa dinâmica produziu um cenário em que populações de baixa renda residem em áreas suscetíveis a alagamentos, deslizamentos e eventos climáticos extremos. A intensificação das chuvas e das ondas de calor, associadas às mudanças climáticas, agrava a vulnerabilidade dessas comunidades, evidenciando que os impactos climáticos não são distribuídos de forma igualitária.

A ausência de políticas públicas estruturantes contribui para a consolidação do que a literatura denomina “racismo ambiental”, situação em que populações historicamente marginalizadas concentram os maiores riscos ambientais e possuem menor acesso a mecanismos de proteção. Em Manaus, bairros periféricos enfrentam recorrentes episódios de alagamento, precariedade na coleta de resíduos e contaminação de *igarapés*, enquanto áreas de maior poder aquisitivo recebem investimentos mais consistentes em infraestrutura e paisagismo urbano. Esse cenário evidencia que os efeitos das mudanças climáticas se articulam com desigualdades sociais historicamente construídas. Nas periferias urbanas amazônicas, a vulnerabilidade ambiental não é resultado apenas de fatores naturais, mas de processos políticos e econômicos que historicamente relegaram

determinadas populações a territórios mais expostos a riscos ambientais. Dessa forma, a crise climática intensifica desigualdades preexistentes, transformando eventos climáticos extremos em experiências desiguais dentro da própria cidade.

Outro elemento central refere-se à presença indígena em contexto urbano. A cidade abriga bairros com significativa concentração de população indígena, formada majoritariamente por famílias oriundas do interior do estado que migraram em busca de acesso a serviços básicos, educação e saúde. No entanto, essas comunidades enfrentam carência de saneamento, transporte público e reconhecimento institucional, além de recorrentes conflitos fundiários e ameaças de remoção. Tal realidade evidencia a permanência de estruturas coloniais que dificultam a garantia plena de direitos territoriais mesmo em contexto urbano.

Paradoxalmente, Manaus está inserida em uma região economicamente estratégica, sustentada por incentivos fiscais e pela atividade industrial da *Zona Franca de Manaus*. Ainda assim, a riqueza gerada não se converte de maneira proporcional em qualidade de vida para grande parte da população. A cidade convive com ilhas de prosperidade imobiliária, condomínios fechados e empreendimentos de alto padrão ao lado de extensas áreas carentes de infraestrutura básica, revelando um modelo de urbanização profundamente desigual.

A crise climática intensifica esse cenário. Ondas de calor cada vez mais severas, redução de áreas verdes, impermeabilização do solo e degradação dos *igarapés* ampliam os riscos à saúde pública e à segurança das comunidades periféricas. Crianças e adolescentes crescem em bairros com escassez de espaços arborizados e seguros para o lazer, o que compromete não apenas a qualidade ambiental, mas também o Direito à Cidade. Nesse contexto, discutir justiça climática na Amazônia implica reconhecer que a defesa da floresta deve caminhar simultaneamente com a defesa das populações urbanas amazônicas. A invisibilização dessas realidades reforça o imaginário que reduz a região à floresta intocada, ignorando suas dinâmicas sociais, suas periferias e suas múltiplas formas de existência.

Mulheres indígenas, corpo-território e justiça climática

Nas comunidades indígenas, o primeiro contato com a floresta não ocorre em instituições formais de ensino, mas no interior da própria organização social e familiar. A formação da consciência territorial inicia-se no corpo materno e na transmissão cotidiana de práticas alimentares, espirituais e culturais que conectam vida, território e espiritualidade. A mulher desempenha papel central na transmissão da língua, dos saberes culinários tradicionais, do manejo de sementes, do artesanato, das pinturas corporais e das rezas.

Trata-se de uma pedagogia territorial que antecede a escolarização e estrutura a relação com a natureza. Embora os homens também transmitam conhecimentos fundamentais relacionados à caça, à pesca, ao plantio e ao uso medicinal das ervas, a formação das novas gerações ocorre de maneira coletiva. Pais, mães, avós e anciãos exercem papel essencial na transmissão da língua, da memória e dos saberes espirituais.

Entre muitos povos, tornar-se ancião ou anciã representa alcançar um lugar de grande responsabilidade na preservação cultural, pois é nesse estágio da vida que o conhecimento acumulado passa a ser compartilhado de forma mais ampla com as crianças. A preservação de sementes e da alimentação tradicional configura-se como prática política e climática. A manutenção de sistemas alimentares baseados na agroecologia fortalece a soberania alimentar e a continuidade cultural. Nesse processo, os anciãos desempenham papel fundamental como guardiões da memória histórica e cosmológica, assegurando a transmissão intergeracional dos conhecimentos.

No campo institucional, a presença de mulheres indígenas na política evidencia tensões estruturais marcadas pela colonialidade de gênero e pela desigualdade racial. A ocupação majoritária dos espaços decisórios por homens, frequentemente brancos e vinculados à academia, revela barreiras persistentes à participação plena de mulheres indígenas. Interrupções, deslegitimação e questionamentos sobre competência ainda são experiências recorrentes.

Casos emblemáticos ilustram esse cenário. *Marina Silva*, atual Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, tem sido alvo recorrente de ataques públicos não apenas nas redes sociais, mas também em espaços institucionais, inclusive por parlamentares homens que ocupam cargos de poder. *Sônia Guajajara*, Ministra dos Povos Indígenas, igualmente enfrenta deslegitimação e discursos que questionam sua atuação, revelando a persistência de violência política de gênero e raça no cenário nacional. Tais situações evidenciam que a presença de mulheres indígenas e amazônicas em posições de liderança desafia estruturas históricas de poder. *Marielle Franco*, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018, tornou-se símbolo da violência política de gênero e raça no Brasil. Já *Dorothy Stang*, defensora da reforma agrária na Amazônia, foi assassinada em 2005 por sua atuação em defesa do território. Esses episódios evidenciam que a violência contra mulheres defensoras de direitos territoriais é estrutural e não episódica. No contexto urbano, mulheres indígenas enfrentam processos de invisibilização, fetichização e questionamento identitário. A presença em universidades, fóruns e espaços institucionais frequentemente é acompanhada de exigências simbólicas de “autenticidade”, revelando a permanência de imaginários coloniais sobre identidade indígena.

A análise dessas experiências demonstra que a liderança feminina indígena se constrói em contextos de resistência contínua, nos quais gênero,

raça, território e classe se articulam como dimensões inseparáveis da luta por justiça climática.

***Bem Viver*, colonialidade e alternativas ao modelo desenvolvimentista**

O debate sobre o *Bem Viver* emerge, na América do Sul, como uma crítica profunda ao modelo moderno de desenvolvimento baseado no crescimento ilimitado, na exploração intensiva da natureza e na hierarquização entre humanidade e meio ambiente. Para pensadores como Alberto Acosta (2016), o *Bem Viver* representa não apenas uma proposta econômica alternativa, mas uma transformação civilizatória que questiona os fundamentos da modernidade ocidental.

A modernidade instaurou uma lógica de separação entre sociedade e natureza, convertendo territórios em recursos e comunidades em força de trabalho. Essa racionalidade foi exportada para a América Latina por meio do colonialismo, estruturando economias dependentes da extração de minérios, madeira, monoculturas e energia. Na Amazônia, essa lógica manifesta-se na expansão do garimpo, do agronegócio e de grandes empreendimentos que frequentemente desconsideram os modos de vida tradicionais.

O conceito de colonialidade, desenvolvido no campo das epistemologias latino-americanas (QUIJANO 2005), contribui para compreender como essa hierarquização persiste mesmo após o fim formal do colonialismo. A colonialidade do saber deslegitima conhecimentos indígenas, classificando-os como folclore ou tradição, enquanto privilegia saberes técnico-científicos como os únicos produtores de verdade. A colonialidade do poder organiza territórios e populações a partir de critérios raciais e econômicos, mantendo desigualdades estruturais. Nesse cenário, o *Bem Viver* apresenta-se como uma ruptura ontológica. Ele não propõe simplesmente o desenvolvimento sustentável, mas questiona o próprio paradigma do desenvolvimento. Em vez de crescimento ilimitado, defende equilíbrio; em vez de acumulação, propõe suficiência; em vez de competição, valoriza a reciprocidade.

A noção de Direitos da Natureza (GUDYNAS 2019) insere-se nesse mesmo movimento crítico. Ao reconhecer rios, florestas e ecossistemas como sujeitos de direitos, rompe-se com a tradição jurídica antropocêntrica herdada do pensamento liberal europeu. Essa perspectiva aproxima-se das cosmovisões indígenas amazônicas, nas quais a natureza não é objeto, mas parente, espírito e território vivo. Nesse sentido, a defesa territorial realizada pelos povos originários não pode ser reduzida à reivindicação fundiária.

Trata-se da preservação de sistemas de conhecimento, espiritualidade e organização social que oferecem alternativas concretas

ao colapso ambiental contemporâneo. A Amazônia, longe de ser apenas uma reserva de biodiversidade, constitui um espaço de produção de pensamento e de práticas sustentáveis que desafiam a lógica predatória dominante. Reconhecer essas epistemologias implica deslocar o centro da produção de conhecimento. Significa admitir que universidades e instituições formais não detêm exclusividade sobre saberes válidos. As práticas comunitárias, a oralidade, a memória ancestral e a experiência territorial configuram formas legítimas de produção intelectual. Ao articular *Bem Viver*, Direitos da Natureza e a crítica à colonialidade, evidencia-se que a justiça socioambiental não se constrói apenas por meio de políticas técnicas, mas pela transformação das bases culturais e epistemológicas que sustentam o modelo de exploração vigente.

Modelo desenvolvimentista e dependência econômica na Amazônia

A implantação da Zona Franca de Manaus representou uma estratégia de integração econômica da Amazônia ao mercado nacional e internacional, baseada em incentivos fiscais e na atração de indústrias. Embora tenha gerado empregos e dinamizado setores produtivos, o modelo não alterou estruturalmente as desigualdades socioambientais da região. A concentração de atividades industriais na capital não se traduziu em desenvolvimento equitativo para o interior do estado, nem garantiu infraestrutura urbana adequada para grande parte da população. Persistem desigualdades no acesso ao saneamento, à mobilidade, à tecnologia e a serviços básicos, revelando os limites do modelo industrial enquanto estratégia de justiça territorial.

Além disso, a dependência econômica de incentivos fiscais expõe a região a vulnerabilidades políticas e estruturais. A permanência do modelo está condicionada a decisões externas, o que remete a padrões históricos de dependência semelhantes aos observados em ciclos econômicos anteriores, como o da borracha. Essa dinâmica evidencia traços de colonialidade econômica, na qual o território amazônico permanece inserido em cadeias produtivas que não necessariamente fortalecem a autonomia regional. Essa reflexão dialoga com o pensamento de Ailton Krenak (2019), que critica a lógica de desenvolvimento baseada na exploração ilimitada da natureza e na subordinação dos territórios às dinâmicas econômicas externas.

Em contraposição a esse modelo, emergem debates sobre bioeconomia, sustentabilidade e reorientação produtiva baseada em conhecimentos territoriais. Tais propostas dialogam com os princípios do *Bem Viver* ao priorizar equilíbrio ecológico, soberania e valorização dos saberes locais.

Desafios estruturais do Letramento Socioambiental na Amazônia urbana

O Letramento Socioambiental na Amazônia urbana enfrenta desafios estruturais que ultrapassam o ambiente escolar. Em cidades como Manaus, o crescimento desordenado, a ausência de infraestrutura adequada, os conflitos fundiários e a desigualdade social impactam diretamente a forma como a população se relaciona com o território. A dependência histórica de modelos econômicos exógenos, como o da Zona Franca de Manaus, revela uma contradição central: embora o polo industrial seja frequentemente apresentado como solução para o desenvolvimento regional, ele pouco dialoga com a valorização dos saberes locais, das economias comunitárias e das tecnologias sociais amazônicas.

A lógica produtivista não necessariamente fortalece o pertencimento territorial ou a consciência ecológica. Nesse cenário, o Letramento Socioambiental precisa ir além da transmissão de conteúdos ecológicos. Ele deve promover a leitura crítica da cidade, a compreensão das políticas públicas, a análise dos impactos econômicos e o reconhecimento das disputas de poder que atravessam o território amazônico. A ausência de investimentos estruturais em Educação Ambiental crítica reforça uma visão fragmentada da Amazônia, muitas vezes reduzida à ideia de uma floresta distante, ignorando sua dimensão urbana, periférica e popular. Nesse contexto, fortalecer o Letramento Socioambiental significa também promover processos educativos que permitam à população compreender as relações entre território, política e desigualdade ambiental. A leitura crítica da cidade torna-se parte fundamental da formação cidadã, pois possibilita reconhecer como decisões econômicas e urbanísticas impactam diretamente as condições de vida nas periferias amazônicas.

Perspectivas para um modelo amazônica de Educação Climática

A construção de um modelo amazônica de Educação Climática exige articulação entre escola, comunidade, universidade e movimentos sociais. Não se trata apenas de adaptar currículos, mas de reconhecer epistemologias originárias, experiências territoriais e práticas comunitárias como fontes legítimas de conhecimento. Esse entendimento dialoga com reflexões de Ailton Krenak (2019), que aponta para a necessidade de repensar as formas de conhecimento que orientam a relação da sociedade com a Terra.

Experiências desenvolvidas em escolas públicas demonstram que atividades práticas, como mutirões, rodas de conversa, plantio de mudas e produção artística, fortalecem vínculos afetivos com o território. Quando estudantes se reconhecem como sujeitos políticos do espaço em que vivem, o Letramento deixa de ser apenas informativo e passa a ser transformador. Um modelo amazônica precisa considerar:

- A centralidade das águas e dos rios na organização social;
- A diversidade étnica e cultural da região;
- A dimensão urbana da Amazônia contemporânea, e
- O protagonismo das mulheres e das juventudes.

Além disso, é fundamental romper com a ideia de que soluções para a Amazônia devem vir de fora. A produção de conhecimento situada, construída a partir das vivências locais, fortalece a autonomia e reduz dependências históricas. O Letramento Socioambiental, nesse contexto, torna-se instrumento de reexistência, afirmação identitária e defesa territorial.

Considerações finais

O conjunto de elementos apresentados ao longo deste texto evidencia que o Letramento Socioambiental na Amazônia urbana não pode ser compreendido apenas como uma prática pedagógica complementar, mas como uma estratégia política de transformação territorial.

Ao articular o conceito de *Bem Viver*, os *Direitos da Natureza* e experiências educativas situadas em Manaus, buscamos ilustrar a disputa em torno do futuro da região que é, antes de tudo, uma disputa de projetos civilizatórios. A permanência de um modelo desenvolvimentista dependente e exógeno revela limites estruturais que impactam diretamente a organização do território, a qualidade de vida urbana e as possibilidades de justiça climática. Nesse contexto, a Educação Climática amazônica emerge como instrumento de reorientação ética e epistemológica, capaz de fortalecer pertencimento, autonomia e consciência crítica.

As experiências educacionais descritas indicam que a transformação começa nos espaços cotidianos: escolas públicas, comunidades periféricas, iniciativas conduzidas por mulheres, educadores e juventudes. Quando o território deixa de ser apenas cenário e passa a ser compreendido como sujeito de direitos e espaço de memória, a Educação assume um caráter emancipatório e profundamente conectado às realidades locais.

Pensar a Amazônia a partir do *Bem Viver* implica reconhecer que o desenvolvimento não pode ser medido exclusivamente por indicadores, mas pela capacidade de promover equilíbrio ecológico, justiça social e valorização cultural. Isso exige políticas públicas comprometidas com currículos territorializados, formação docente crítica e reconhecimento das epistemologias originárias e populares como fundamentos legítimos de produção de conhecimento. Assim, o Letramento Socioambiental se consolida como prática de reexistência amazônica.

Mais do que transmitir informações sobre a crise climática contemporânea, trata-se de formar sujeitos capazes de interpretar, intervir e transformar o território em que vivem. O futuro da Amazônia

urbana dependerá da capacidade de construir, a partir de dentro, projetos educativos que afirmem dignidade, diversidade e autonomia como princípios estruturantes de um outro horizonte possível.

Em um cenário global marcado por disputas ambientais e pressões econômicas sobre a Amazônia, reconhecer a centralidade dos saberes originários e das práticas educativas territoriais torna-se não apenas uma escolha acadêmica, mas uma necessidade ética. Diante desse cenário, torna-se fundamental reconhecer que a construção de respostas à crise climática na Amazônia não pode ocorrer sem o protagonismo de seus próprios povos. As experiências educacionais apresentadas ao longo deste ensaio demonstram que práticas pedagógicas territorializadas fortalecem vínculos comunitários, ampliam a consciência crítica e estimulam formas de cuidado com o território que dialogam com os princípios do *Bem Viver*.

A construção de justiça socioambiental na região depende da escuta ativa dos povos amazônidas e da valorização de suas experiências como fundamentos legítimos de produção de conhecimento e de formulação de políticas públicas. Nesse sentido, fortalecer o Letramento Socioambiental na Amazônia urbana significa reconhecer que Educação, território e justiça climática são dimensões inseparáveis.

Ao valorizar os saberes locais, as experiências comunitárias e as epistemologias originárias, abre-se caminho para a construção de práticas educativas comprometidas com a defesa da vida, da floresta e das múltiplas formas de existência amazônica. Mais do que um desafio pedagógico, trata-se de um compromisso coletivo com a construção de futuros possíveis para a região.

Em base ao expostos, é fundamental ampliar pesquisas e experiências educativas que partam das realidades amazônicas, valorizando metodologias participativas e o diálogo entre saberes científicos e ancestrais. Fortalecer a Educação Climática desde a infância, em contextos urbanos e comunitários, constitui um passo essencial para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e comprometidas com o *Bem Viver*.

Referências

ACOSTA, Alberto (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária / Elefante.

GUDYNAS, Eduardo (2019). *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante.

KRENAK, Ailton (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

MUNDURUKU, Daniel (2012). *Educação indígena: do corpo, da memória e da resistência*. São Paulo: Lorena.

QUIJANO, Aníbal (2022). “Colonialidade, poder, globalização e democracia”, *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, n. 3.

XAKRIABÁ, Célia (2018). Entrevistas, palestras e intervenções públicas sobre educação indígena e território. Diversas participações em eventos acadêmicos e institucionais no Brasil.

WITOTO, Vanda (2022). Entrevistas, conferências e participações públicas sobre território, cosmologia indígena e defesa da Amazônia.

Sobre a autora

Mayara Alves Barbosa é indígena amazônica, educadora ambiental e climática. Atuou por quatro anos na coordenação do *Projeto Escola* e no voluntariado socioambiental do *Greenpeace Manaus*. Atualmente é presidente do *Fórum Juventudes Amazônicas* e facilitadora do grupo de voluntariado da *Sea Shepherd Brasil no Amazonas*. É técnica em Recursos Pesqueiros e estudante de Gestão Ambiental, com atuação em mobilização juvenil, educação climática e defesa dos territórios amazônicos.